

Referenciação, instabilidade e interação

Reference, instability and interaction

Iran Nascimento PITTHAN
CEPERJ/UCAM
irannp@hotmail.com

Resumo: Este trabalho se volta para os *referentes* como objetos de discurso, construídos à medida que o enunciado se vai desenvolvendo. Entendemos que a interação, diante do conjunto de possibilidades oferecido pela língua, implica escolhas singulares de cada interlocutor, e não se pode deixar de levar em consideração a instabilidade da língua. A construção do tecido textual não se dá apenas com o uso de anáforas diretas, conforme M. M. Cavalcante, e lidamos com a constatação de que operam com memória compartilhada e são responsáveis por vasta carga informativa no discurso que, além de determinar a ativação de conhecimentos comuns, podem criar surpreendentes efeitos. Para Ingedore Koch e L.A. Marcuschi, são expressões nominais que podem ser definidas, indefinidas e também pronomes referencialmente interpretados, sem que lhes corresponda um antecedente explícito no texto. Seguimos também Apothéloz & Reichler-Béguelin, que afirmam ser na própria constituição do texto que os referentes são utilizados como objetos de discurso e não apenas como objetos de mundo. A progressão, que constrói a teia do texto, se delinea na manutenção tópica e torna possível sustentar todo o processo de organização. A relação entre linguagem e mundo não é transparente nem definitiva, e as palavras, quando manipuladas para a produção de sentidos, podem produzir resultados variados e se distanciar de ideias que pareçam mais óbvias.

Palavras-chave: referenciação; anáfora indireta; discurso

Abstracts: This work turns to referents as objects of discourse, constructed as the statement develops. We understand that interaction implies unique choices of each interlocutor given the range of possibilities offered by the language, and that the instability of the language must be taken into account. The construction of the textual fabric does not only with the use of direct anaphora, according to M. M. Cavalcante, and we deal with the realization that they operate with shared memory and are responsible for a vast informational burden in the discourse that, besides determining the activation of common knowledge, can create surprising effects. For Ingedore Koch and L.A. Marcuschi, they are nominal expressions that can be defined, indefinite and also pronouns referentially interpreted, without an explicit precedent in the text. We also follow Apothéloz & Reichler-Beguelin, who claim to be in the very constitution of the text that referents are used as objects of speech and not just as objects of the world. The progression, because it builds the web of text, is outlined in topical maintenance and makes it possible to sustain the entire organizational process. The relationship between language and world is neither transparent nor

definitive, and words, when manipulated for the production of meanings, can produce varied results and distance themselves from ideas that seem more obvious.

Keywords: referral; indirect anaphora; speech

Não há como se negar a relação entre linguagem e mundo, mas também não se pode dizer que seja uma relação universal, que seja transparente e que se faça definitiva. As palavras nem sempre produzem somente o sentido de dicionário nas situações discursivas, mas podem também produzir efeitos diversos, manipuladas para a produção de sentidos muito distintos daquele que seria o mais óbvio. Esses outros sentidos só se fazem possível porque a língua não é privada e, como empreendimento coletivo, só se estabiliza nas relações interpessoais.

Ao refletirmos sobre o *ato de linguagem*, ação de comunicação entre dois ou mais, temos de admitir que esse ato não é *expedição* exata, com interpretação amarrada e irretocável, prevista em todas as possibilidades. Considerando-se os diferentes experimentos da vida de cada indivíduo, reconhecemos todo ato comunicativo como um acontecimento e, como tal, pode ser surpreendentemente *imprevisível*.

É na atividade sociointerativa que se criam determinadas expressões capazes de nomear e fazer referência. Uma vez que as categorias linguística e cognitiva não são estáveis, também não há “estabilidade *a priori* das entidades no mundo e na língua” (MONDADA; DUBOIS, 2003, p.19). Dependendo da visão dos interlocutores, são construídos *objetos* do mundo de formas diferentes, pois não existe uma relação determinada estável e definitivamente clara.

Para se dizer o mundo, ou representá-lo, nós não dispomos de uma língua pronta com um léxico que funcione como um mobiliário de pessoas e coisas, de animais e vegetais. O léxico não pode ser pensado à margem da cognição social, segundo L. A. Marcuschi (2004, p.269), pois os sentidos das expressões, seus conteúdos e referentes não são lados distintos da mesma moeda, como na ideia saussuriana. Sendo assim, não se pode deixar de levar em consideração a instabilidade da língua, e lidar adequadamente, por exemplo, com a polissemia e a ambiguidade como movimentos normais.

A estabilidade do discurso só pode se dar por uma dinâmica que conta com a colaboração de sujeitos participantes de grupos comuns, que partilhem certos

saberes, em certo estado de desenvolvimento social, um povo, uma nação, considerando-se seus valores, suas instituições, suas criações. O conhecimento não é apenas a *identificação* de algo, um objeto, mas uma experiência de *reconhecimento* de algo, algo internalizado em uma cultura e produzido em atividade sociocognitiva.

Como somos artífices dessa rede de comunicação, ela só pode se fazer a partir da nossa cooperação. Os sentidos possíveis e variados, por vezes pouco usuais, acontecem como resultado da forma peculiar de entendermos o mundo e da nossa aptidão para expormos esse conhecimento, contando com a colaboração de nossos interlocutores para construir significados. As possibilidades de construção de sentidos dependem de fatores semânticos/formais e pragmáticos responsáveis pela constituição da *textualização*.

Um dos aspectos centrais desse processo é a organização referencial, o que dá ao texto o desenvolvimento contínuo e contribui para todo o discurso ou mesmo apenas uma sequência se apresentar dentro do que se pode compreender como coerente. Beaugrande & Dressler (apud COSTA VAL, 2016, p.5) postulam sete princípios constitutivos da textualidade: coesão, coerência, intencionalidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade e intertextualidade. Entendemos a textualização aqui como a articulação entre os próprios elementos cotextuais e outros tantos elementos contextuais.

Em um texto não há, obrigatoriamente, linearidade nas ligações dos elementos ali presentes, nem a simples retomada dos mesmos referentes, mas podemos, sim, encontrar um diversificado uso de estratégias para que haja textualidade. A compreensão do texto acontece a partir de ações retrospectivas e, também, prospectivas, com capacidade de constituir as entidades (pessoas, coisas, ideias etc.) ou as situações (eventos, ações etc.) do universo discursivo (RAPOSO, 1992, p.239) sobre o qual se age.

A construção do tecido textual não se dá apenas com o uso de anáforas diretas, tratadas por M. M. Cavalcante como anáforas com retomadas, aplicadas “ao emprego de repetições do antecedente, determinadas por quantificadores” (CAVALCANTE, 2003, p.109). Dá-se, inclusive, por intermédio de alguns referentes que só procedem no texto, levando-se em consideração as situações descritas. As anáforas também podem se dar de forma indireta, ancoradas em condições

diversas, tendo como suporte diversos aspectos, cognitivos ou pragmáticos, ou interacionais, e mesmo culturais ou ideológicos, presentes em atividades inferenciais das mais diferentes naturezas e instrumento de reativação de determinados referentes. Essa espécie de *ação cooperativa* colabora para *alcançar* o chamado conjunto temático que compõe o texto.

Tais referentes, os textuais e os tópicos (menos marcados no texto), passam a fazer parte do jogo de construção do discurso, misturam-se e criam a rede referencial que o mantém (NEVES, 2006, p.96). Os referentes textuais são as anáforas associativas e as operações de nominalização, já os referentes tópicos são os que constituem entidades do universo discursivo sobre o qual se fala, e que, além de criar, também relaciona o que entra na elaboração informativa proposto pelo texto. Segundo Marcuschi (2007, p.88), há três processos básicos, construídos em atividades discursivas, capazes de permitir a reflexão e a análise do pensamento dentro da própria linguagem: a inferenciação, a categorização e a referenciação. Muitos autores se debruçaram sobre o assunto.

Inferenciação é toda e qualquer prática que envolve algum tipo de raciocínio, é prática discursiva e inferencial. A inferenciação não deve ser vista como uma operação lógica, um sentido estrito, mas como uma projeção de natureza sociocontextual e um enunciado, para ser entendido, deve permitir a projeção de sentidos, independentemente das regras seguidas para isso. Segundo Feltes “nem sempre as inferências são geradas da fonte para o alvo, e é possível que haja várias projeções de ‘ida e volta’ entre espaços para a derivação de inferências” (2009, p.162). O importante é que tais regras são inferenciais e devem permitir a produção de efeitos similares, uma vez que a nossa forma de conhecer o mundo acontece a partir de inferências originadas por inclusões de contextos organizados lentamente e de forma coletiva.

Luiz Antônio Marcuschi afirma que no decurso da inferenciação “costumamos acrescentar ou eliminar; generalizar ou reordenar” (2003, p. 58) informações. E como é natural de qualquer ser pensante, “avaliamos, generalizamos, comparamos, associamos, reconstruímos, particularizamos informações e assim por diante” (idem). Além disso, ainda podemos “substituir ou extrapolar” (idem). A inferência é sempre particular e inesperada, e é a concepção (noção) que se dá a partir da integração entre duas instâncias de informação: o repertório do leitor – seus saberes

acumulados – e a informação apresentada no texto. A comunhão das novas informações com os registros já estocados pode simplesmente ser uma soma como também pode fazer com que haja ressignificações, tanto do antigo quanto do novo. Durante um ato de leitura, essa *complementação* cognitiva acontece por meios diversos, ligados à analogia, à metáfora, à metonímia, à harmonia ou à dessemelhança.

Sobre a categorização, pode-se dizer que não existe um mundo categorizado de forma natural. Para Fauconnier & Turner (in MARCUSCHI, 2007, p.89), as mesclagens conceituais permitem a produção de significados e não as identificações factuais, pois todas as coisas ditas são construídas pelo discurso e os referentes são todos objetos de discurso. Ao observarmos mais atentamente, perceberemos que designamos as pessoas, as coisas, os fatos e os estados de espírito como nomes, partilhados pelo grupo de pessoas que comungam a mesma atividade discursiva e que tais informações foram apreendidas por seus componentes dentro de experiências comuns. Dessa maneira, as categorias são mais modelos sociais do que modelos mentais, levando-se em consideração seu processo de constituição (idem, p.93) e vale dizer que conhecimentos não são simplesmente retratos da natureza ou do mundo, mas exercícios racionais, fabricação elaborada e linguisticamente comunicada e que “os nomes das coisas são a nossa primeira teoria a respeito do mundo” (idem).

Quanto à referenciação, vista como atividade cognitiva, discursiva e interacional, ela se concretiza por intermédio dos sujeitos sociais. Para Mondada & Dubois (2003), os referentes são *objetos de discurso* que vão sendo construídos à medida que o enunciado se desenvolve e não apenas como indicação de coisas da realidade. É a construção de uma representação que opera com uma “memória compartilhada, publicamente compartilhada pelo próprio discurso”, conforme afirmam Apothéoz & Reichler-Béguelin (KOCH, 2003, p.80). Como o discurso é realizado por sujeitos ativos, isso implica escolhas significativas, permitidas aos atores/interlocutores diante do conjunto de possibilidades oferecido pela língua, tudo organizado para atender determinadas intenções.

Pode-se dizer que a referenciação adequada se dá por um processo de construção, no qual se consideram variadas denominações com sentidos aproximados, e sem que todas as outras sejam excluídas ao haver a escolha final. A

referenciação é, portanto, um processo de construção de objetos discursivos, representa certa realidade e é o objeto do discurso. Marcuschi e Koch (2002, p.37), dizem que “a referência é tida como aquilo que designamos, representamos ou sugerimos quando usamos um termo ou criamos uma situação discursiva referencial” e essa designação discursiva depende de elaboração cognitiva só realizada no discurso.

Em seus estudos sobre a questão da referenciação, Maria Helena de Moura Neves (2006, p.75) diz que os participantes de um discurso escolhem fazer referência a alguém ou a algo, cujas identidades podem estabelecer, segundo queiram, ou não, garantir a sua existência nesse universo. Isso deixa claro o fato de a referenciação envolver interatividade e intencionalidade. Segundo a autora, há dois modos de referenciar: o *construtivo*, em que o sujeito falante usa um termo para que o interlocutor construa um referente para esse termo e o introduza em seu modelo mental; e o *identificador*, em que o emissor de um enunciado usa um termo comum, capaz de permitir a identificação de um referente já disponível, quando já existe uma fonte para a identificação.

É importante sublinhar que a organização da rede referencial não se reduz apenas à construção de objetos da realidade, sua identificação ou a substituição pura e simples de uma forma referencial por outra. É, na realidade, na própria constituição do texto que os referentes são utilizados como objetos de discurso e não apenas como objetos de mundo, como firmam Apothéloz & Reichler-Béguelin (apud NEVES, 2006, p.76). A progressão, que constrói a teia do texto, se delinea na manutenção tópica e torna possível tanto sustentar todo o processo de organização como dirigir o fluxo informativo.

As relações de referência não são definidas apenas em termos de mundo real, mas também de um universo próprio do discurso, organizado entre quem fala e quem ouve, o que permite referências a quaisquer entidades existentes no chamado mundo real. A retomada de um sintagma no início da frase era conhecida, na retórica clássica, como anáfora. Hoje, o termo é utilizado para elementos lexicais que aludem a outras expressões, conteúdos ou contextos textuais, capazes de fazer ou não essa retomada, mas sempre como contribuição para a continuidade tópica e referencial.

Segundo Marcuschi, há identidade referencial entre a anáfora e o termo a que se refere, como um substituto do termo retomado (2005, p.54-55). A anáfora direta, sabidamente, retoma referentes já introduzidos no texto, o que estabelece uma relação de correferência com seu antecedente, como podemos ver em:

As frutas ficaram no carro. Se você não pegar logo, elas vão estragar.

Já sobre a referenciação anafórica sem antecedente explícito, Marcuschi e Koch (2002, p.31) postulam que, por meio de expressões definidas, elas desempenham importante papel tanto na organização textual como na construção dos sentidos, embora estejam em condição de dependência interpretativa ligadas a certas construções que as precedem dentro da malha textual.

Para que a continuidade de um texto seja garantida, é necessário que se estabeleçam certas exigências, como a *repetição*, ou retroação, e a *progressão*. Sabe-se que, na escrita, ao mesmo tempo em que acontecem retomadas constantes de certos referentes, apresentados anteriormente e introduzidos no universo da comunicação em que se está inserido, acontece, também, inserções de novas informações que, naturalmente, passarão a funcionar como bases de outras informações.

As retomadas a um mesmo referente são chamadas de progressão referencial e se dão por meio de variados elementos linguísticos, como as formas de valor pronominal – pronomes pessoais, demonstrativos, relativos, possessivos, indefinidos e interrogativos; certos advérbios que marcam localização – aqui, ali, lá, cá etc.; os numerais – cardinais, ordinais, fracionários etc.; as elipses, marcadas pelos verbos; além de formas nominais reiteradas (repetições).

Em relação às anáforas ditas sem antecedentes explícitos, Marcuschi (in PRETTI, 2006, p.200) afirma serem mais comuns na língua falada, embora ocorram também na escrita, especialmente quando a escrita apresenta marcas de oralidade e evidente caráter informal, como em bilhetes, e-mails e demais tipos de mensagens virtuais.

Além de serem consideradas estratégias inferenciais decisivas na textualização, as anáforas indiretas constituem o chamado universo referencial emergente. Nelas, detectamos uma dilatação do que se percebe nas anáforas diretas, constituídas pela introdução de um referente novo para o discurso (PRINCE,

1992). No caso das indiretas, referente é um elemento definido formalmente e não apresenta certa relação com uma informação anteriormente mencionada. Na mensagem de WhatsApp (ZAP) a seguir:

Oi grupo. no proximo sabado é meu niver e conto com vocês. se liguem aí, espero todo mundo apartir das 9 da noite. não esqueçam que meu endereço é na rua ronaldo de carvalho, 112. o prédio fica do lado do Japa. (sic)

O sintagma “o prédio” é informação nova e não retoma referente específico presente no que já havia sido dito. Marcuschi sustenta que as anáforas indiretas são “constituídas por expressões nominais definidas, indefinidas e pronomes referencialmente interpretados, sem que lhes corresponda um antecedente [ou subsequente] explícito no texto” (2005, p.53). Esta seria uma forma de “ativação de novos referentes e não de *reativação* de referentes já conhecidos” (idem). Tomando a coerência “como um princípio de interpretação e não como um princípio de boa formação textual” (idem, p.59), acaba por acontecer um *rompimento* do encadeamento linear.

Esse processo, que indica uma *referenciação implícita*, é constituído por elementos do texto ou modelos ditos mentais, o que é bem mais comum de acontecer do que podemos acreditar, como podemos perceber no diálogo transcrito a seguir, retirado de Marcuschi (2005, p.67):

- Maria pretende casar no final do ano.
- E o que é que ele faz?

Na recuperação referencial presente no diálogo transcrito, é como se houvesse a queima de uma etapa, que conectaria o verbo “casar” com “futuro marido”, termo esclarecedor substituído pelo pronome “ele”. Fica evidente que se a anáfora direta faz referência a algum termo apresentado claramente no texto, a anáfora indireta faz referência a um termo por intermédio de uma *espécie* de âncora, que se dá cognitivamente e não por meio de elemento claramente nomeado e expresso.

Tais *âncoras* poderão ter aspecto semântico, conceitual ou processual e a possibilidade de interpretação ativada por elas deverá fornecer a coerência devida para o processamento do texto. Toda e qualquer relação indireta construída inferencialmente, com base no conhecimento do mundo, poderá ser vista como anáfora indireta.

Somente esse tipo de anáfora apresenta novo referente no discurso. Muitos de seus antecedentes são apenas inferidos e não podem ser apontados frontalmente no texto. Isso se constitui a partir de protótipos cognitivos e de relações semânticas possíveis, presentes em unidades linguísticas nominais definidas. Podemos pensar, especialmente, naquelas que estabelecem relação parte-todo (metonímia).

A cidade estava inundada. A rua principal virou um rio.

Faz-se importante perceber, segundo Marcuschi (2005, p.60), os aspectos que se evidenciam na anáfora indireta: inexistência de expressão explícita antecedente ou subsequente e presença de uma expressão de contexto semântico (a chamada âncora, decisiva para a ativação mental, integrando o referente ao modelo de mundo criado pelo discurso); ausência de correferência entre a anáfora e a âncora (pode haver apenas relação conceitual; construção de referente novo (não é reativação de elementos prévios); e sua realização por principalmente elementos não-pronominais (é raro que aconteça de forma pronominal). É importante destacar que os termos *âncora*, *gatilho*, *fonte*, *desencadeador* são expressões utilizadas para fugir à ideia de antecedente, que é, geralmente, ligada à correferencialidade

Com grau de importância relevante, e a ser considerada, é a *instabilidade da língua* como fator que possibilita *dizer tudo*, mesmo que, do ponto de vista formal, a língua seja um sistema delimitado, conforme escreve Marcuschi (2004). Na rede de relações entre mundo e linguagem é que se dá o conhecimento lexical e nela há distribuição do conhecimento fundamental para haver entendimentos subjetivos, possíveis em casos de polissemia e de ambiguidade, por exemplo.

A instabilidade é constitutiva, porque funda também possibilidades de interação. Mondada & Dubois falam em instabilidade constitutiva de categorias cognitivas e linguísticas para sustentar o fato de que a produção e a interpretação de textos não são arrojadas a um sujeito qualquer. Tal variabilidade pode ser percebida em discursos diversos, do cotidiano ou científicos, e se assemelha ao que estas autoras designam de “instabilidade generalizada”. Não há um sujeito abstrato e ideal, mas um processo de construção de objetos cognitivos e discursivos que estão presentes em negociações e ajustes possíveis nas concepções tanto individuais como públicas do mundo. As autoras afirmam serem construídas versões

públicas do mundo e isso acontece através de hábitos discursivos e cognitivos, que são ancorados social e culturalmente.

Dessa forma, se a referenciação é vista como *atividade discursiva*, entende-se todo e qualquer referente como objetos de discurso, elaborados *durante e na* interlocução. Sendo assim, não se pode compreender objetos do discurso como objetos do mundo pois aqueles são “entidades constituídas nas e pelas formulações discursivas dos participantes: é *no e pelo* discurso que são postos, delimitados, desenvolvidos e transformados objetos de discurso”, como afirma Mondada (2001, p. 34). E a autora completa, afirmando que eles “não têm uma estrutura fixa, mas que, ao contrário, emergem e se elaboram progressivamente na dinâmica discursiva (idem).

As anáforas indiretas, pois, são elementos responsáveis por vasta carga informativa no discurso, permitem que locutor e interlocutor comunguem do mesmo nível comunicativo e ativem conhecimentos comuns. São elas que constroem *objetos-de-discurso*, produtos da negociação entre falantes. A dinâmica dos objetos faz com que, depois de introduzidos, possam sofrer modificação, desativação, reativação, transformação, recategorização, construindo e reconstruindo-se sentidos na progressão do texto.

Referências bibliográficas

CAVALCANTE, M. M. **Expressões Referenciais**: uma proposta classificatória. Campinas, SP: Cad. Est. Ling., p. 105-118, jan/jun, 2003.

COSTA VAL, M. da G. **Redação e textualidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

KOCK, I. V. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo, Editora Contexto, 2002.

_____. MARCUSCHI L.A. **Processos de referenciação na produção discursiva**. DELTA, São Paulo, vol.14, n. especial, p.169-190, 1998.

FELTES, H. P. M. (2009). **Processos inferenciais, mesclagem e princípio da relevância**: a emergência do humor em uma piada narrativa. Em: Costa, J. C.; Pereira, V. W. Linguagem e Cognição: relações interdisciplinares. Porto Alegre, RS: EdIPUCRS.

FERREIRA, S. P. A. & Dias, M. G. B. B. (2004). **A leitura, a produção de sentidos e o processo inferencial**. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 9, n. 3, p. 439-448, set./dez.

MARCUSCHI, L. A. **Cognição, linguagem e práticas interacionais**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

_____. Referenciação e Cognição: o caso da anáfora sem antecedente. In: Dino Preti (Org). **Fala e Escrita em Questão**. São Paulo: Humanitas, p. 191-240, 2006.

_____. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. In: KOCH, Ingedore V., MORATO, Edwiges M.; BENTES, Anna Christina (Orgs.) **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. O léxico: lista, rede ou cognição social? In: NEGRI, L.; FOLTRAN, M. J.; OLIVEIRA, R. P. **Sentido e significação**: em torno da obra de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, p. 263-282, 2004.

_____. Compreensão de texto: algumas reflexões. In: Dionísio, A. P. & Bezerra, M. A. (orgs.) **O livro didático de Português**: múltiplos olhares. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

_____; KOCH, I. V. Estratégias de Referenciação e Progressão Referencial na Língua Falada. In **Gramática do Português Falado**, (orgs) ABAURRE, M. B. e RODRIGUES, A. C. S., v.VIII, Campinas, SP.: UNICAMP, 2002.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: Uma abordagem dos processos de referenciação. In: Mônica Magalhães CAVALCANTE, M. M; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (orgs). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003, pp. 17-52.

_____. Construction des objets de discours et catégorisation: une approche des processus de référentiation. *TRANEL (Travaux neuchâtelois de Linguistique)*, nº 23, 1995, p. 273-302.

MONDADA, L. "Gestion du topic et organization de la conversation". In: *Cadernos de Estudos Linguísticos*: Campinas, n. 41, IEL/UNICAMP, 2001, pp. 7-36.

NEVES, M. H. de M. **Texto e Gramática**. São Paulo: Contexto, 2006.

PRETI, Dino (Org). **Fala e Escrita em Questão**. São Paulo: Humanitas, 2006.

PRINCE, E. The ZPG Letter: subjects, definiteness, and information-status. In: MANN, W.C.; THOMPSON, S.A . (eds.) **Discourse description**: diverse linguistic analyses of a fund-raising text. Amsterdam: J. Benjamins, 1992. p. 295-325.

RAPOSO, Eduardo Paiva. **Teoria da gramática**: a faculdade da linguagem. Lisboa: Editorial Caminho, SA., 1992.